

## RECLAMAÇÃO DE LULA

# Empreiteira pagou salário "pós-delação"

Ao negociar acordo com autoridades da Lava Jato, a Odebrecht se comprometeu a pagar por anos uma remuneração mensal indenizatória a seus ex-executivos delatores que varia de R\$ 15 mil a R\$ 134 mil. Agora, a defesa do ex-presidente Lula usa esse compromisso entre empresa e empregados para questionar a credibilidade das declarações feitas por eles em processos da operação.

Uma planilha detalhando esses "salários" foi anexada pela defesa do petista no último de seus processos em Curitiba, que trata da compra pela empreiteira de um terreno para o Instituto Lula em São Paulo.

Em petição, a defesa do ex-presidente pediu ao juiz responsável, Luiz Bonat, novas diligências na ação penal, que já estava pronta para ser sentenciada na primeira instância. O pedido, feito em maio, ainda não foi respondido.

Procurada, a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba disse que os pagamentos a delatores por empresas estão em discussão em um órgão da Procuradoria-Geral da República e que ainda não há uma definição a respeito.

A remuneração a executivos depois que eles admitiram irregularidades também ocorreu em outras grandes empresas que fizeram acordos nos últimos anos, como a Andrade Gutierrez e a CCR.

A planilha das remunerações da Odebrecht tinha sido extraída de um processo judicial em São Paulo no qual a empreiteira tenta anular um acordo firmado em 2017 com o ex-presidente do grupo Marcelo Odebrecht que previa o pagamento de "honorários complementares".

A tabela anexada mostra, por exemplo, que o ex-executivo Alexandrino Alencar tem acordo para receber R\$ 92 mil mensais por um período de nove anos, a partir de 2017. Hilberto Silva, ex-chefe do chamado "departamento da propina" da construtora, tem remuneração mensal de R\$ 106 mil por um prazo de oito anos e meio.

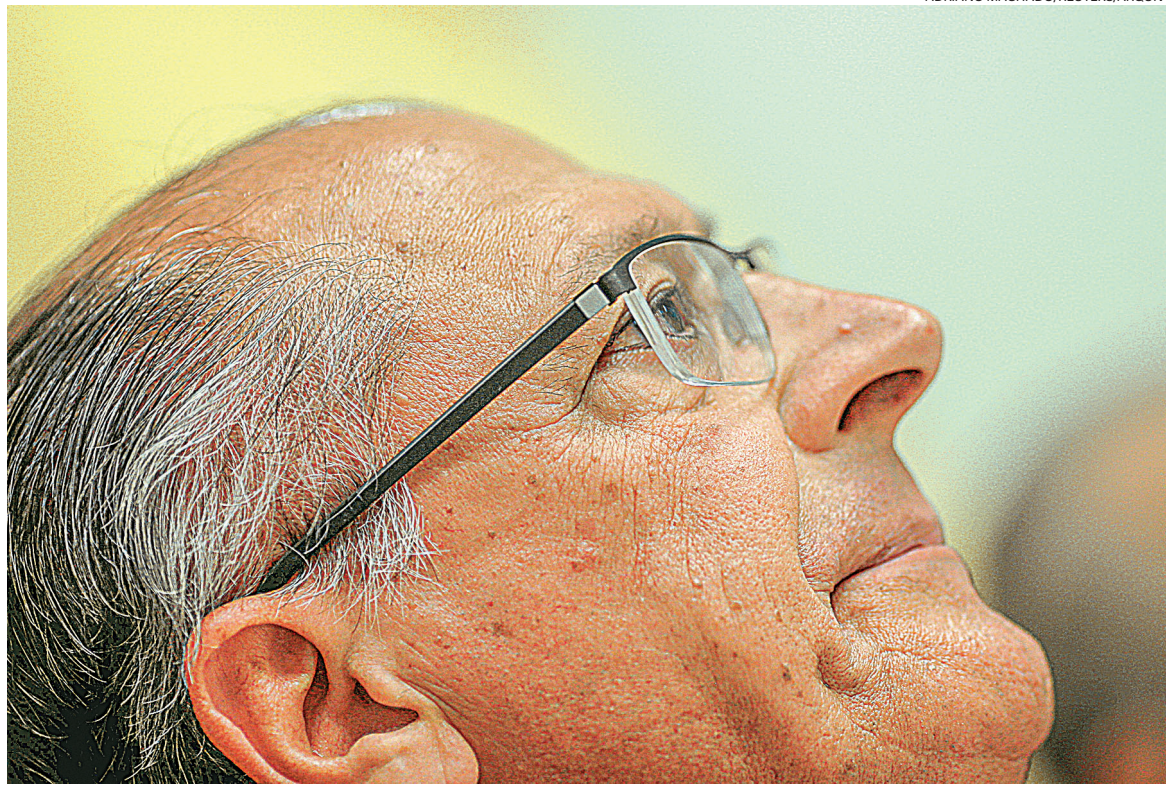
## SAIBAMAI

» Em relação a **Emílio Odebrecht, patriarca e também delator, consta quantia mensal maior, de R\$ 115 mil, por um período de 48 meses. A maior parte deles recebe quantias ao mês acima de R\$ 60 mil.**

» A tabela também aponta o pagamento de multas impostas aos 78 delatores da empresa pelas autoridades que firmaram os acordos de delação. A soma atinge, segundo o documento, R\$ 521 milhões.

## LAVA JATO NO NINHO TUCANO

ADRIANO MACHADO/REUTERS/ARQUIVO



Depois de José Serra, agora Geraldo Alckmin torna-se também alvo da Operação Lava Jato entre os tucanos

# Alckmin é acusado de corrupção

## Ministério Público afirma que ex-governador de São Paulo recebeu propina da empreiteira Odebrecht

O ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) foi denunciado ontem pelo Ministério Público de São Paulo sob acusação de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica eleitoral (caixa dois).

A ação foi apresentada no âmbito da chamada Lava Jato Eleitoral, um desdobramento da operação no estado. Diante da acusação, a Justiça decidirá agora se aceita a denúncia. Em caso positivo, Alckmin se tornará réu e passará a responder a processo.

### Propina na campanha

De acordo com a Promotoria, o ex-governador recebeu R\$ 2 milhões em espécie da Odebrecht na campanha ao Palácio dos Bandeirantes de 2010 e R\$ 9,3 milhões quando disputou a reeleição, em 2014. Ele foi eleito nas duas ocasiões.

Além do ex-governador, foram denunciados Marcos Monteiro, ex-tesoureiro do PSDB, Sebastião Eduardo Alves de Castro, ex-assessor de Alckmin, e ex-executivos da Odebrecht que firmaram acordos de colaboração com o Ministério Público.

As investigações foram iniciadas com base nas delações da Odebrecht e aprofundadas com outros elementos de prova pela Polícia Fe-

deral.

Também prestou depoimento ao Ministério Público Sérgio Brasil, ex-diretor do Metrô que fechou acordo de delação premiada.

### Caixa Dois

Na semana passada, o ex-governador foi indiciado pela Polícia Federal sob suspeita da prática dos crimes de corrupção passiva, falsidade ideológica eleitoral e lavagem de dinheiro. Com base nessas

guinte, pós eleições, à manutenção da influência do grupo empresarial junto ao governo", diz a Promotoria.

Em 2010 e 2014, o grupo Odebrecht não podia fazer doações eleitorais porque controlava a concessionária que administra a rodovia Dom Pedro 1º e porque participou do consórcio de construção da Linha 6 do Metrô (obra que segue paralisada).

### Intermediário

Segundo a Promotoria, o intermediário dos pagamentos em 2010 era Adhemar César Ribeiro, cunhado de Alckmin, conforme foi descrito pelos delatores da Odebrecht. Alckmin tinha o codinome "Belém".

Adhemar não foi denunciado porque já tem mais de 70 anos e eventuais acusações contra ele estão prescritas.

Já em 2014, foram 11 repasses, que, segundo o Ministério Público, foram intermediados pelo tesoureiro da campanha, Marco Antônio Monteiro.

O PSDB, partido que comanda o governo de São Paulo desde 1995 -à exceção de breves períodos em que vices de outras legendas assumiram a gestão-, virou alvo de uma série de ações do Ministério Público e da Polícia Federal no último mês.

## O Ministério Público acusa Alckmin de ter recebido dinheiro ilegal da Odebrecht nas campanhas eleitorais de 2010 e de 2014

apurações policiais, os promotores apresentaram a denúncia.

A acusação do Ministério Público diz que os recursos não foram registrados nas prestações de contas eleitorais de Alckmin, que teria solicitado e recebido vantagens indevidas pagas pelo setor de operações estruturadas da Odebrecht (o setor de propina) por meio de doleiros.

"Esses recursos destinavam-se, num primeiro momento, ao financiamento eleitoral indevido (não declarado) e, num momento se-

SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE PESSOAL,  
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA  
DEFESA

PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

### PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 50/2020-HFA

#### Aviso de Abertura de Licitação

Registro de Preços com a finalidade de aquisição de material para osteotomias e fixação do esqueleto facial, para a Clínica de Cirurgia e Traumatologia Bucimaxilofacial, destinado a atender às necessidades do Hospital das Forças Armadas - HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Abertura da Sessão Pública: 6 de agosto de 2020, às 09h.

Endereço: Sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 23 de julho de 2020  
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1  
Ordenador de Despesas do HFA

BANCO DO BRASIL  
Banco do Brasil S.A.

PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

### AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Aviso de Recebimento da Licença de Operação Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 126/2020, para a atividade de Armazenamento de Combustíveis, no ASTN 716, Bloco C, Edifício Sede IV, CCTBB, Brasília- DF, processo nº 00391-00018139/2017-73.

BANCO DO BRASIL S.A.  
Brasília, 24 de Junho de 2020